

PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01.2025 – EDUCAÇÃO

SUPERIOR COMPLETO – MANHÃ

CARGOS: 301 – PROFESSOR AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – PADI; 302 – PROFESSOR DE ARTE; 303 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 1

O recurso é improcedente, pois de acordo com o Capítulo XI (Dos Recursos), no subitem **11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 11.9.2. Fora do prazo estabelecido; 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos; 11.9.5. Contra terceiros; e 11.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.**

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 2

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é incorreta porque não se emprega crase antes de pronome pessoal. A alternativa “B” é incorreta porque não se utiliza crase antes de pronome indefinido. A alternativa “C” é incorreta porque não se utiliza crase antes de pronome demonstrativo. A alternativa “D” é a única correta porque a crase foi empregada, acertadamente, no termo “aquele”, haja vista o verbo “opor” ser regido pela preposição “a”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 3

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é correta porque o termo “pouco” desempenha função adverbial. A alternativa “B” é incorreta porque o termo “bastante” não é um advérbio. Se o referente fosse “sucessos”, o termo “bastante” deveria, também, ser flexionado para o plural. As alternativas “C” e “D” são incorretas, pelos mesmos fundamentos contidos em “B”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 4

O recurso é improcedente, pois a alternativa “C” é correta porque o termo “raízes” foi empregado com sentido figurado. As demais alternativas estão incorretas, pois elas não utilizam palavra com sentido figurado.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 5

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é a única correta porque o pronome “nos” possui o sentido de objeto direto. Já que o verbo é nasalado (colocavam), a forma pronominal correspondente é “no”. A alternativa “B” é incorreta porque o pronome “lhe” não opera como objeto direto. A alternativa “C” é incorreta porque o pronome “la” não opera como objeto indireto. A alternativa “D” é incorreta porque o pronome “lhe” não opera como objeto direto.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 6

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é incorreta porque os termos destacados não possuem o sentido de explicação e proporção. A alternativa “B” é a única correta porque os termos destacados possuem o sentido de oposição e comparação. A alternativa “C” é incorreta porque os termos “mais” “do que” não possuem o sentido de explicação. A alternativa “D” é incorreta porque os termos destacados não possuem o sentido de conclusão e conformidade.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 7

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é incorreta porque não se constrói voz passiva com o verbo “ter”. A alternativa “B” é incorreta porque não se constrói voz passiva com o verbo “estar”. A alternativa “C” é incorreta porque não se constrói voz passiva com o verbo “ter”. A alternativa “D” é a única correta porque a voz passiva é formada com o verbo “ser” e o particípio passado.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 8

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é incorreta porque o verbo “gostar” é regido pela preposição “de”. A alternativa “B” é incorreta porque o verbo “perdoar”, quando referido a alguém, é regido pela preposição “a”. A alternativa “C” é a única correta porque o verbo “preferir” é regido pela preposição “a”. A alternativa “D” é incorreta porque o verbo “obedecer”, quando referido a alguém, é regido pela preposição “a”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 9

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada de acordo com o Conteúdo Programático previsto no Edital do Certame, especialmente com fundamento no Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Francisco Morato, artigo 66, *in verbis*:

Art. 66. O obrigatório aproveitamento do funcionário em disponibilidade ocorrerá em vagas existentes que se verificarem no quadro do funcionalismo.

Em remate, artigo 66 § 1º: “O aproveitamento dar-se-á, tanto quando possível, em cargo de natureza e níveis de vencimentos correspondentes ao que ocupava, não podendo ser feito em cargo de nível superior.”, não em qualquer cargo como está na alternativa “A”.

Por fim, compete mencionar que a flexão verbal (tempo verbal) utilizada na questão não inviabiliza seu entendimento, muito menos sua resolução.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 10

O recurso é improcedente, pois está previsto no artigo 85, § 1º: “Os órgãos administrativos organizarão, anualmente, a escala de férias do pessoal neles lotado, cujo número de funcionários em gozo simultâneo das férias, não poderá ser superior a 1/5 (um quinto) da lotação da respectiva unidade administrativa.”

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 11

O recurso é improcedente, pois de acordo com o Capítulo XI (Dos Recursos), no subitem **11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 11.9.2. Fora do prazo estabelecido; 20 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos; 11.9.5. Contra terceiros; e 11.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.**

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 12

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e será atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 12, anulando-a.

Questão 13

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada conforme o Conteúdo Programático, suportado pelo Edital do Certame, especialmente como fundamento do artigo 154, § 3º, da Lei Orgânica do Município, *in verbis*:

Art. 154. Leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão:

(...)

§ 3º O Poder Executivo Municipal publicará, até **30 (trinta) dias** após o encerramento de cada **bimestre**, relatório resumido da execução orçamentária.

Assim sendo, diante do exposto, a questão fica mantida em todos os seus termos, bem como o gabarito publicado deve ser mantido.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 14

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada conforme o Conteúdo Programático, suportado pelo Edital do Certame, especialmente como fundamento do artigo 16, inciso III, da Lei Orgânica do Município, *in verbis*:

Art. 16. Compete privativamente à Câmara Municipal:

(...)

III - propor a criação ou a extinção dos cargos e empregos dos seus serviços administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos;

O candidato alega que a questão não deixou claro a que poder ela tratava, se era ao Legislativo ou ao Executivo, contudo, sem fundamento, porque no enunciado da questão consta “**propor a criação ou a extinção dos cargos e empregos dos seus serviços administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos**”, ou seja, considerando as alternativas, somente a Câmara Municipal tem autonomia/competência para tanto e tem **cargos e empregos (serviços administrativos)**.

No caso das alternativas, nem os vereadores, nem a mesa diretora e muito menos os secretários municipais têm competência, ou seja, só resta a Câmara Municipal, que tem competência privativa.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 15

O recurso é improcedente, pois a proposição I é incorreta porque não se trata de exoneração, mas sim de suspensão do funcionário. A proposição III por sua vez também é incorreta porque o funcionário poderá voltar se houver disponibilidade e mais importante, se for **apto**.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 16

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e será atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 16, anulando-a.

Questão 17

O recurso é improcedente, pois a alternativa, ora debatida, refere-se a um dos aspectos que compreende o direito à liberdade, conforme o artigo 16, do Estatuto da Criança e do Adolescente, *in verbis*:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 18

O recurso é improcedente, pois de acordo com a Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no artigo 2º, § 2º, somente a alternativa “A” é correta porque apenas “indígenas, europeias, asiáticas” atende ao comando da questão.

Fonte: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 19

O recurso é improcedente, pois a questão pede o que está de acordo com as “Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, e somente a alternativa “A” é correta.

Fonte: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 20

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada conforme o Conteúdo Programático suportado pelo Edital do Certame, especialmente com fulcro na obra “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” de Paulo Freire.

Ela pedia que o candidato assinalasse a alternativa correta acerca do tema mencionado por Paulo Freire sobre “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, o que ficou bem colocado no enunciado da questão.

Quanto ao gabarito, apenas a alternativa “C” é correta porque as demais estão relacionadas a: “Ensinar exige criticidade”, “Ensinar exige estética e ética” e “Ensinar exige pesquisa”.

Fonte:

https://09747060994282350225.googlegroups.com/attach/e6be2e96f079525d/pedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf?part=0.1&view=1&vt=ANaJVrFBpIUghzqWF32MTSJWqE5bX8_zG38QyBkbLLXTduZg79rRbFgpbCYKzwdiLiza2GrqSW2WVTjc20s8TxFWPI9a40893efCu4IxzDGORpxZ4GbV8iM

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 21

O recurso é improcedente, pois todas as alternativas apresentadas estão contidas no pensamento de Philippe Perrenoud, porém, não exatamente relacionadas ao que foi solicitado no enunciado.

Segue abaixo quadro explicativo para cotejo e de onde foram retiradas as informações para elaboração da questão.

Competências	Competências mais específicas a trabalhar em formação contínua
6. Participar da administração da escola	<ul style="list-style-type: none">i. Elaborar, negociar um projecto da instituição.ii. Administrar os recursos da escola.iii. Coordenar, dirigir uma escola com todos os seus parceiros.iv. Organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação dos alunos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 22

O recurso é improcedente, conforme segue abaixo trecho retirado do livro “Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão” em que é possível constatar que a única alternativa correta é a “D”.

Do ato motor ao ato mental: a gênese da inteligência segundo Wallon

Heloyza Dantas

Wallon tem uma preocupação permanente com a infra-estrutura orgânica de todas as funções psíquicas. Seus estudos partem de pessoas com problemas mentais, portanto, seu ponto de partida é o patológico, isto é, utiliza a doença para entender a normalidade.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 23

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base na obra “Currículo – Questões atuais”, e a única alternativa correta é a “B”, conforme gabarito oficial publicado.

Fonte: https://books.google.com.br/books?id=mneADwAAQBAJ&pg=PT2&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=1#v=onepage&q&f=false

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 24

O recurso é improcedente, pois o fundamento da questão trata-se de um texto retirado na íntegra da Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Assim sendo, a única alternativa correta é a “C”, de acordo com o recorte abaixo, que segue para cotejo:

TITULO III SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Art. 7º A concepção de educação deve orientar a institucionalização do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no contexto da estrutura federativa brasileira, em que convivem sistemas educacionais autônomos, para assegurar efetividade ao projeto da educação nacional, vencer a fragmentação das políticas públicas e superar a desarticulação institucional.

Fonte: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 25

O recurso é improcedente, pois como fundamento para elaboração da questão foi utilizado um texto retirado da Lei n.º 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que se constata que a única alternativa correta é a “B”.



**insti+U+O
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

Art. 9º A União incumbir-se-á de: ([Regulamento](#))

- I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios
- III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento obrigatório, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
- IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes curriculares e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
- IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos superiores, de alunos com altas habilidades ou superdotação; ([Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015](#))
- V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

301 – PROFESSOR AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – PADI

Questão 27

O recurso é improcedente, pois o campo de experiência “espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” da BNCC está relacionado ao desenvolvimento do pensamento científico, à exploração do ambiente e à compreensão de transformações e relações no entorno da criança, incluindo práticas como observar, investigar, levantar hipóteses e buscar respostas — exatamente o que o enunciado descreve.

Segue abaixo porque as demais alternativas são incorretas:

Alternativa “B”: traços, sons, cores e formas: trata da expressão artística e da exploração de linguagens visuais e sonoras.

Alternativa “C”: corpo, gestos e movimentos: foca no conhecimento e uso do próprio corpo na interação e expressão.

Alternativa “D”: o eu, o outro e o nós: privilegia as interações sociais, relações interpessoais e construção da identidade.

Assim sendo, a única alternativa correta é a “A”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 28

O recurso é improcedente, pois a alternativa “D” é incorreta, visto que de acordo com o RCNEI, p. 29:

É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa. Nessa perspectiva **não se deve confundir situações nas quais se objetiva determinadas aprendizagens relativas a conceitos**, procedimentos ou atitudes explícitas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituída de objetivos imediatos pelas crianças.

Como pode ser observado, o texto apresentado na alternativa “D” contraria o previsto no documento supracitado.

Na brincadeira, as situações nas quais se objetiva determinadas aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explícitas **são as mesmas** nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituída de objetivos imediatos pelas crianças.

Assim sendo, a única alternativa correta é a “C”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 29

O recurso é improcedente, pois de acordo com a página 16, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

**DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS
PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

4. Princípios

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- ✓ Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- ✓ Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- ✓ Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

O texto contido no enunciado está de acordo com os princípios éticos apenas, assim sendo, a única alternativa correta é a “A”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 30

O recurso é improcedente, pois a alternativa “C” não pode ser considerada incorreta, pois, de acordo com as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (p. 17):

“Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa”.

A alternativa “D” é a única **incorreta**, pois apresenta um desvio em relação ao texto original do documento citado. O texto correto seria:

“Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à **ampliação** de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas”.

Porém, na alternativa “D” consta: “Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à **simplificação** de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas”. Esse termo (“simplificação”) descaracteriza o objetivo do documento, que enfatiza a ampliação e o enriquecimento dos saberes e conhecimentos, e não sua redução.

Assim sendo, a única alternativa correta é a “D”, porque atende ao comando da questão.

Ademais, segue o gabarito oficial para cotejo:

301 - Professor Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - PADI																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	A	C	A	B	D	C	D	A	D	B	C	B	B	C	D	A	A	C	D	D	B	C	B	B	A	C	A	D	C	C	B	A	D	C	A	D	A	C

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 31

O recurso é improcedente, pois de acordo com o Capítulo XI (Dos Recursos), no subitem **11.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados: 11.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 11.9.2. Fora do prazo estabelecido; 11.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; 11.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos; 11.9.5. Contra terceiros; e 11.9.6. Com teor que desrespeite a Banca Examinadora. 11.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 11.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.**

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 33

O recurso é improcedente, pois de acordo com o gabarito oficial publicado, a alternativa considerada incorreta é, de fato, a “B”: “Fomenta uma prática profissional individualista”, conforme segue abaixo gabarito para cotejo:

301 - Professor Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - PADI																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	A	C	A	B	D	C	D	A	D	B	C	B	B	C	D	A	A	C	D	D	B	C	B	B	A	C	A	D	C	C	B	A	D	C	A	D	A	C

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 36

O recurso é improcedente, pois de acordo com a autora:

A primeira proposição que diz: “A percepção que se tem das informações é ligada a experiências múltiplas, todas conscientes” é falsa porque nem todas as experiências que moldam a percepção são conscientes. Na verdade, grande parte do processamento de informações ocorre de forma inconsciente ou automática, e as experiências que influenciam nossa percepção podem incluir tanto o que percebemos conscientemente quanto estímulos que não chegam ao nosso foco consciente.

A segunda proposição que diz: “A inteligência, assim como as demais habilidades humanas, não são objetos de tamanho fixo, predeterminados por ocasião do nascimento” é verdadeira porque essa afirmação reflete a ideia de plasticidade e potencial de desenvolvimento. As capacidades cognitivas não são determinadas de forma rígida no nascimento; elas podem se desenvolver ao longo da vida em resposta ao ambiente, às experiências e aos estímulos recebidos.

A terceira proposição que diz: “O desenvolvimento responde a estímulos (plasticidade neuronal)” é verdadeira porque o desenvolvimento humano, incluindo o desenvolvimento cerebral, depende da interação com o ambiente e responde a estímulos. Esse processo está relacionado à plasticidade neuronal, ou seja, a capacidade do sistema nervoso de se modificar e se reorganizar ao longo do tempo em função das experiências.

Assim sendo, a única alternativa correta é a “C”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 37

O recurso é improcedente, pois de acordo com “Brinquedos e brincadeiras nas creches: manual de orientação pedagógica”, p. 44:

h. Brincadeiras: mundo físico e social, o tempo e a natureza

MUNDO FÍSICO

O mundo físico é entendido como a forma cognitiva da criança experimentar situações em que percebe pelos sentidos físicos (visão, audição, tato, paladar, olfato) como é a realidade à sua volta. Ao brincar, a criança explora e experimenta o que se pode fazer com a água ou com a terra e vai compreendendo o mundo ao seu redor. Não se trata de propor à criança a aquisição de uma definição científica do fenômeno físico, pois essa é a tarefa do ensino fundamental.

O texto contido no enunciado está de acordo com as brincadeiras do mundo físico, apenas, assim sendo, a única alternativa correta é a “A”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 38

O recurso é improcedente, pois o enunciado está bem estruturado e alinhado ao que propõe a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para a Educação Infantil. Ele descreve corretamente a criança como um ser ativo no processo de construção do conhecimento.

As alternativas “A”, “B” e “C” apresentam ideias contrárias ao que a BNCC propõe, enquanto a alternativa “D”, única correta, está de acordo com o documento, pois a BNCC realmente defende a intencionalidade educativa nas práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 39

O recurso é improcedente, pois a alternativa “B” é incorreta, de acordo com o artigo 19, da Lei n.º 144/2005, *in verbis*:

Art. 19. Os ocupantes de cargos de magistério, das classes de docentes, de Professor Titular de Educação Básica, de Professor Adjunto de Educação Básica e Professor Auxiliar do Desenvolvimento Infantil, ficam sujeitos às seguintes jornadas de trabalho docente:

I - JORNADA DE TRABALHO DOCENTE, para o exercício na educação infantil - creche e pré-escola, no ensino fundamental regular, nos anos iniciais, do 1º ao 5º ano, quando implantado, composta por: ([Redação dada pela Lei complementar n° 369, de 2022](#))

a) 22 (vinte e duas) horas semanais de trabalho, em atividades com alunos; ([Redação dada pela Lei complementar n° 369, de 2022](#))

b) 2 (duas) horas semanais de trabalho pedagógico na unidade escolar municipal, em atividades coletivas; ([Redação dada pela Lei complementar n° 369, de 2022](#))

c) 6 (seis) horas semanais de trabalho pedagógico, em local de livre escolha pelo docente; ([Redação dada pela Lei complementar n° 369, de 2022](#))

d) 3 (três) horas semanais de trabalho pedagógico individual. ([Redação dada pela Lei complementar n° 369, de 2022](#))

A redação correta do dispositivo legal estabelece que as 6 (seis) horas semanais de trabalho pedagógico destinadas ao profissional da educação devem ser realizadas em local de livre escolha pelo docente, e não obrigatoriamente na unidade escolar.

Portanto, a alternativa “B” é incorreta porque limita o local de realização dessas horas ao ambiente da unidade escolar municipal e em atividades coletivas, o que não corresponde ao texto legal vigente.

Assim sendo, a única alternativa correta é a “A”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 40

O recurso é improcedente, pois apenas a alternativa “C”, que diz: “o profissional da educação estável poderá obter licença pelo prazo máximo de 2 (dois) anos” é correta, de acordo com o artigo 107 da Lei Complementar n.º 144, de 28 de dezembro de 2005:

Seção VII	
Da Licença para tratar de interesses particulares	
Art. 107.	O profissional da educação estável poderá obter licença, sem vencimento ou remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
§ 1º	Poderá ser negada a licença quando o afastamento do profissional da educação for inconveniente ao interesse do serviço.
§ 2º	O profissional da educação deverá aguardar a concessão da licença, sob pena de demissão por abandono do cargo do magistério, se a ausência exceder a 30 (trinta) dias.
§ 3º	O profissional da educação poderá desistir da licença, a qualquer tempo, reassumindo o exercício em seguida.
§ 4º	Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos 05 (cinco) anos do término da anterior.

Veja-se por que as demais alternativas são incorretas:

Alternativa “A”: O prazo citado no § 2º é de 30 (trinta) dias, e não 15 dias incorreta porque o profissional deve aguardar a concessão da licença, sob pena de demissão por abandono do cargo se a ausência exceder a 30 dias.

Alternativa “B”: O § 3º diz que o profissional poderá desistir da licença a qualquer tempo, reassumindo o exercício em seguida, não no prazo de 45 dias.

Alternativa “D”: O § 4º estabelece que nova licença só poderá ser concedida depois de decorridos 5 (cinco) anos do término da anterior, e não 1 ano.

Assim sendo, a única alternativa correta é a “C”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

302 – PROFESSOR DE ARTE

Questão 30

O recurso é improcedente, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte, *in verbis*:

“Abordar ética no ensino e aprendizagem de Arte é, sobretudo, tratar da relação entre ética e estética. O conhecimento estético dos alunos e professores desenvolve-se em um complexo processo de elaboração no qual estão presentes as experiências pessoais fundamentadas na vida cultural; o desenvolvimento desse processo contribui para as práticas artísticas e vão muito além delas. Os sentidos de gostar e desgostar, de considerar agradável, desagradável, belo, feio, prazeroso, desprazeroso, experimentados em práticas artísticas e em outras ações humanas não se desenvolvem de um modo linear. Ao contrário, constituem uma confluência de fatos, de criações humanas em que aparecem complexos movimentos, ao mesmo tempo, de avanço, retrocesso, dependência, autonomia. É importante que professores e alunos de arte sintam, percebam, pensem na mobilidade desse conhecimento presente na história da arte e nos processos pessoais e coletivos. Trabalhar ética e estética na produção de arte dos alunos e de artistas significa considerar suas possibilidades criadoras correlacionadas com as realidades socioculturais e comunicacionais em que vivem. Na elaboração artística, há questões e situações que são inerentes à arte e que podem ser problematizadas, como o respeito mútuo, a justiça, o diálogo, a solidariedade humana. No âmbito da arte e da dimensão estética, a produção sociocultural do gosto pode ser trabalhada em diversos momentos durante as aulas de Dança, Teatro, Música, Artes Visuais. Os professores de Arte podem planejar experimentos e debates que ajudem os alunos a posicionar-se com sensibilidade e critérios éticos, diante de um conjunto de circunstâncias, por vezes contraditórias, que coexistem na vida das pessoas. São, entre outras, situações relacionadas a: co-responsabilidades referentes à conservação e degradação de patrimônios artísticos existentes nos locais em que as pessoas moram, trabalham, divertem-se, estudam ou em outras regiões; diálogo ou autoritarismo na condução de trabalhos e comunicação em arte; manifestação de respeito ou desrespeito sobre as produções artísticas de diferentes grupos étnicos, religiosos, culturais. Aspectos de ética estão presentes em situações humanas de todos os temas transversais, ou seja, às questões relativas ao meio ambiente, à orientação sexual, à saúde, ao trabalho, consumo e cidadania, à comunicação e informática, à pluralidade cultural etc. O meio ambiente apresenta-se como fonte de conhecimento para a criação artística. Por intermédio das imagens, formas, cores, sons e gestualidades presentes no ambiente natural e simbólico, estabelece-se uma relação “ativo-receptiva” favorável à produção artística e recepção estética. O caráter ativo-receptivo desse encontro cria um universo particular de interação entre indivíduo/natureza e cultura, no qual pode-se estabelecer um diálogo estético e artístico, no qual as respostas também se dão por meio de ações no ambiente e na produção artística.”

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

A primeira proposição é falsa porque o texto não limita ou vincula diretamente o desenvolvimento ético-estético à norma religiosa vigente. Em vez disso, ele destaca que a formação ética e estética se dá através da vida cultural, das experiências pessoais, do contato com o meio ambiente, da pluralidade cultural, entre outros aspectos. A religião pode estar presente na vida cultural, mas não é apontada como fator determinante na construção desses valores em Arte.

A segunda proposição é verdadeira porque a afirmação está presente literalmente no texto: “O conhecimento estético dos alunos e professores desenvolve-se em um complexo processo de elaboração no qual estão presentes as experiências pessoais fundamentadas na vida cultural; o desenvolvimento desse processo contribui para as práticas artísticas e vão muito além delas”.

A terceira proposição é verdadeira porque também foi extraída diretamente do texto: “Os sentidos de gostar e desgostar, [...] experimentados em práticas artísticas e em outras ações humanas não se desenvolvem de um modo linear”. Ademais, o texto ressalta ainda que isso ocorre de forma complexa, com avanços, retrocessos etc.

A quarta proposição é verdadeira porque o texto foi extraído diretamente do texto: “Confluência de fatos, de criações humanas em que aparecem complexos movimentos [...] É importante que professores e alunos de arte sintam, percebam, pensem na mobilidade desse conhecimento [...]”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 34

O recurso é improcedente, pois a proposição I é a única correta porque está totalmente alinhada com os princípios contemporâneos da educação em Arte, que valorizam: a articulação entre contexto escolar e realidade social; a autonomia criativa dos alunos; a aprendizagem por meio da exploração, do diálogo e da expressão pessoal e coletiva; e a investigação prazerosa, associada à construção de sentido.

Essa abordagem aparece no texto e nas diretrizes para o ensino de arte da BNCC e outros referenciais teóricos.

A proposição II é incorreta e ultrapassada porque ela contraria os princípios da educação artística atual, veja:

Reflexão sobre o processo criativo e a história da arte é fundamental; o conhecimento artístico não é neutro nem isolado dos valores culturais e sociais; e o uso de técnicas sem contextualização histórica e cultural resulta em aprendizagem superficial e limitada, não significativa.

A proposição III é incorreta porque defende uma postura autoritária e antiquada, completamente incoerente com a proposta de ensino de arte atual, que: valoriza a autonomia do aluno; incentiva a criatividade, a criticidade e o protagonismo; e entende que a aprendizagem ocorre por meio da vivência, experimentação e relação com o contexto.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 38

O recurso é improcedente, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte, *in verbis*:

“O mundo atual caracteriza-se entre outros aspectos pelo contato com imagens, cores e luzes em quantidades inigualáveis na história. A criação e a exposição às múltiplas manifestações visuais gera a necessidade de uma educação para saber ver e perceber, distinguindo sentimentos, sensações, ideias e qualidades contidas nas formas e nos ambientes. Por isso é importante que essas reflexões estejam incorporadas na escola, nas aulas de Arte e, principalmente, nas de Artes Visuais. A aprendizagem de Artes Visuais que parte desses princípios pode favorecer compreensões mais amplas sobre conceitos acerca do mundo e de posicionamentos críticos. As artes visuais, além das formas tradicionais — pintura, escultura, desenho, gravura, arquitetura, objetos, cerâmica, cestaria, entalhe —,



incluem outras modalidades que resultam dos avanços tecnológicos e transformações estéticas do século XX: fotografia, moda, artes gráficas, cinema, televisão, vídeo, computação, performance, holografia, desenho industrial, arte em computador. Cada uma dessas modalidades artísticas tem a sua particularidade e é utilizada em várias possibilidades de combinações entre elas, por intermédio das quais os alunos podem expressar-se e comunicar-se entre si e com outras pessoas de diferentes maneiras. No mundo contemporâneo as linguagens visuais ampliam-se, fazendo novas combinações e criam novas modalidades. A multimídia, a performance, o videoclipe e o museu virtual são alguns exemplos em que a imagem integra-se ao texto, som e espaço. A educação de artes visuais requer entendimento sobre os conteúdos, materiais e técnicas com os quais se esteja trabalhando, assim como a compreensão destes em diversos momentos da história da arte, inclusive a arte contemporânea. Para tanto, a escola, especialmente nos cursos de Arte, deve colaborar para que os alunos passem por um conjunto amplo de experiências de aprender e criar, articulando percepção, imaginação, sensibilidade, conhecimento e produção artística pessoal e grupal. A educação visual deve considerar a complexidade de uma proposta educacional que leve em conta as possibilidades e os modos pelos quais os alunos transformam seus conhecimentos de arte, ou seja, o modo como aprendem, criam, desenvolvem-se e modificam suas concepções de arte. 64 Ao perceber e criar formas visuais, está-se trabalhando com elementos específicos da linguagem e suas relações no espaço (bi e tridimensional). Elementos como ponto, linha, plano, cor, luz, volume, textura, movimento e ritmo relacionam-se dando origem a códigos, representações e sistemas de significações. Os códigos e as formas se apresentam de maneiras diversas ao longo da história da arte, pois têm correlação com o imaginário do tempo histórico nas diversas culturas. O aluno, quando cria suas poéticas visuais, também gera códigos que estão correlacionados com o seu tempo."

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

A primeira proposição é falsa porque o texto afirma exatamente o contrário: "A educação de artes visuais requer entendimento sobre os conteúdos, materiais e técnicas com os quais se esteja trabalhando, assim como a compreensão destes em diversos momentos da história da arte, inclusive a arte contemporânea". Portanto, essa proposição é falsa, pois ignora a necessidade do conhecimento profundo e histórico, defendida pelo texto.

A segunda proposição é falsa porque, mais uma vez, essa proposição contraria diretamente o que diz o texto. Veja:

"A educação visual deve considerar a complexidade de uma proposta educacional que leve em conta as possibilidades e os modos pelos quais os alunos transformam seus conhecimentos de arte [...]"

"[...] a escola, especialmente nos cursos de Arte, deve colaborar para que os alunos passem por um conjunto amplo de experiências de aprender e criar [...]"

Portanto, o texto defende um ensino reflexivo, crítico, diverso e nada superficial ou rígido, ou seja, está equivocada.

A terceira proposição é verdadeira porque apresenta um texto que se coaduna com o texto literal, veja: "O mundo atual caracteriza-se entre outros aspectos pelo contato com imagens, cores e luzes em quantidades inigualáveis na história. A criação e a exposição às múltiplas manifestações visuais gera a necessidade de uma educação para saber ver e perceber, distinguindo sentimentos, sensações, ideias e qualidades contidas nas formas e nos ambientes".

A quarta proposição é verdadeira porque apresenta um texto que se coaduna com o texto literal, veja: "[...] a escola, especialmente nos cursos de Arte, deve colaborar para que os alunos passem por um conjunto amplo de experiências de aprender e criar, articulando percepção, imaginação, sensibilidade, conhecimento e produção artística pessoal e grupal".

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

303 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão 29

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D. “Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos”. AMGH Editora, 2013, pp. 191 a 195.

Com relação à alternativa “A”, textualmente está escrito pelos autores, na página 195: “As capacidades perceptivo-motoras desenvolvem-se rapidamente, mas com frequência há confusão em relação à sensação do corpo, ao senso de direção, de tempo e de espaço”. Portanto, não há grande redução de erro, tendo em vista a frequência da confusão.

Com relação à alternativa “D”, única correta, da mesma forma escreveram no item 8 da mesma página: “A compleição física de meninos e meninas é notavelmente similar. Sua aparência de costas não aponta diferenças estruturais observáveis”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 30

O recurso é improcedente, conforme segue na íntegra, o artigo 11 da Resolução n.º 508, de 11 de outubro de 2023:

Art. 11 - O descumprimento do disposto neste Código constitui infração ética, ficando o infrator sujeito a uma das seguintes penalidades, a ser aplicada conforme a gravidade da infração:

I - advertência escrita;

II - aplicação de multa;

III - censura pública;

IV - suspensão do exercício da Profissão; e

V - cancelamento do registro profissional e divulgação do fato nos meios de comunicação oficiais do Sistema CONFEF/CREFs.

Parágrafo Único - A multa será equivalente ao valor de 1 (uma) a 5 (cinco) anuidades, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.197/2010.

Assim sendo, não há advertência verbal e a única alternativa correta é a “B”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 33

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada e contextualizada a partir da obra do grande autor e referência na Educação Física, Valter Bracht, em sua obra “A Educação Física Escolar no Brasil – o que ela vem sendo e o que pode ser: Elementos de uma Teoria Pedagógica Para a Educação física”. Editora Unijuí, 2019, mais especificamente nas páginas 111 e 112. O autor faz uma crítica ao adestramento da educação física com relação à saúde como uma prática quase mecanizada. Segundo ele, essa visão profilática é desatualizada e não existe mais, já que, acima de tudo as pessoas têm de estar educadas para a saúde, portanto pedagógica. Abaixo, segue parte do texto onde foi extraída a questão.

“[...] a partir dessa perspectiva, a saúde passa a ser mais genuinamente uma questão **pedagógica**, ganhando força a ideia de que a participação da Educação Física escolar se daria vinculada à noção de uma educação **para a** saúde, ao invés de fomentadora direta de saúde pela atividade física.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 38

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de ROSSETO, A; COSTA, C. M. DANGELO, F. "Práticas Pedagógicas Reflexivas em esporte Educacional". São Paulo: Phorte, 2008. p. 42.

Os autores afirmam textualmente: "Embora as dimensões das expectativas de aprendizagem (dos conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal) possam ser analisadas separadamente, elas acontecem e se concretizam simultaneamente".

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 40

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir da obra de CAVALLARI, V. D.; ZACARIAS, V. "Trabalhando com recreação". 14. ed. São Paulo: Ícone, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2025. pp. 76 a 78, respeitando a temática Educação Física, esporte, recreação e lazer.

O enunciado da questão fazia referência à faixa etária das crianças de 2 a 4 anos. Sabe-se que nessa tenra idade, é possível o desenvolvimento de atividades com regras simples, formas básicas do movimento e representações. Atividades de coeducação envolvem colaboração e integração social, não compatível para os domínios cognitivos e afetivos de uma criança nessa faixa etária. Está compatível, como os próprios autores apontam a partir dos 10, 12 anos de idade.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social